

Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do Norte: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango — da escravatura ao marfim (1796-1825)

João Baptista Gime Luís *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6267-6300>

RESUMO

De todos os motivos da expansão europeia ao sul do Atlântico, o comércio é o elemento mais bem notável. Neste estudo, “relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do Norte, Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: da escravatura ao marfim (1796-1825)”, analisa-se a problemática das relações encetadas entre europeus e os povos africanos a respeito das práticas comerciais. Que modificações ocorreram em Angola e Cabinda nas relações económicas estabelecidas entre europeus, portugueses, em particular e que produtos regulavam as transações? Em resposta à esta questão e dado as novas exigências comerciais do tempo (além do tráfico de escravos) aventa-se, por hipótese, que os novos produtos implementados no jogo comercial as vantagens recairiam aos povos autóctones, potenciando as suas estruturas políticas e sociais. Por outro, suspeita-se que, da balança comercial dos europeus e africanos, o ímpeto comercial dos portugueses é a causa da fragilização dos reinos de Kakongo, Ngoyo e Loango, em Cabinda. Já em Angola, os portugueses não só monopolizam as práticas comerciais locais, como também se afirmam e instituem os entrepostos de Luanda e Benguela, que designam como suas principais colónias. Lembra-se que as relações económicas e o poder no encontro entre os europeus e africanos, em Angola, é o objetivo por que o estudo se propõe. Neste sentido, serve-se, metodologicamente, da atitude historiográfica da micro história, onde se analisam documentos de arquivo com cruzamento de bibliografia sobre a história de Angola. Da avaliação feita infere-se que o marfim torna-se o novo produto de eleição nas transações económicas. Este produto, de consumo desconhecido no seio angolano, é monopolizado pela coroa portuguesa que, a par da escravatura tornada ilícita na época, se apropria das instituições locais e salvaguarda o fundo das receitas régias em Angola através das rendas do marfim.

PALAVRAS-CHAVE

Comércio, Marfim, Escravatura, Angola.

Economic and power relations in Luanda and Benguela and in the northern ports: Kongo, Kakongo, Ngoyo and Loango — from slavery to ivory (1796-1825)

ABSTRACT

Of all the reasons for European expansion south of the Atlantic, trade is the most notable element. In this study, “Economic and power relations in Luanda and Benguela and in the ports of the North, Kongo, Kakongo, Ngoyo and Loango: from slavery to ivory (1796-1825)”, the problem of relations established between Europeans and African people regarding commercial practices. What changes occurred in Angola and Cabinda in the economic relations established between Europeans, Portuguese, in particular and what

* E-mail: joao13@campus.ul.pt

products regulated the transactions? In response to this question and given the new commercial demands of the time (in addition to the slave trade), it is hypothesized that the advantages of new products implemented in the commercial game would accrue to indigenous peoples, enhancing their political and social structures. On the other hand, it is suspected that, in the balance of trade between Europeans and Africans, the commercial impetus of the Portuguese is the cause of the weakening of the kingdoms of Kakongo, Ngoyo and Loango, in Cabinda. In Angola, the Portuguese not only monopolized local commercial practices, but also asserted themselves and established the warehouses of Luanda and Benguela, which they designate as their main colonies. Remember that economic relations and power in the encounter between Europeans and Africans, in Angola is the objective behind the study. In this sense it uses, methodologically the historiographical attitude of micro history, where archival documents are analyzed with bibliography on the history of Angola. From the assessment made, it can be inferred that ivory is becoming the new product of choice in economic transactions. This product, of unknown consumption within Angola, is monopolized by the Portuguese crown which, along with slavery made illicit at the time, appropriates local institutions and safeguards the royal revenue fund in Angola through ivory income.

KEYWORDS

Trade, Ivory, Slavery, Angola.

Introdução

De todos os motivos da expansão europeia ao sul do Atlântico, o comércio é o elemento mais bem notável. O estudo do comércio ocorrido em África, no século XIX, permite compreender o papel político e social das autoridades locais perante as relações económicas desenvolvidas com os europeus. Este artigo pretende analisar, de uma forma global, embora não exaustiva, certas modificações ocorridas no primeiro quartel do século XIX, 1796-1825, no Noroeste Atlântico-Africano entre as relações económicas e de poder africanos nas colónias de Luanda e Benguela e nos portos do norte: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango, em resposta às novas exigências comerciais europeias, especialmente portuguesas. O objeto de avaliação é o marfim, novo produto de eleição, a par da escravatura tornada ilícita na época.

A investigação desenvolve-se entre os anos de 1796 e 1825, um período de cerca de três décadas entre os finais do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX; indaga todas as informações referentes ao comércio do marfim desenvolvidas nesse espaço temporal, a circulação e transação de outros produtos relacionados com as redes de comerciantes e o destacamento da importância do marfim no jogo comercial entre as comunidades locais e o olhar europeu.

Centrado no período compreendido entre os anos de 1796 e 1825, a questão central de que o estudo se ocupa é compreender as modificações que ocorreram em Angola e Cabinda nas relações económicas estabelecidas entre europeus,

particularmente, portugueses e que produtos regulavam as transações comerciais. Em resposta à esta questão e dado as novas exigências comerciais do tempo (além do tráfico de escravos em extinção) aventa-se, por hipótese, que os novos produtos implementados no jogo comercial dão vantagens aos povos autóctones, potenciando as suas estruturas políticas e sociais. Por outro, suspeita-se que, da balança comercial dos europeus e africanos, o ímpeto comercial dos portugueses é a causa da fragilização dos reinos de Kakongo, Ngoyo e Loango, em Cabinda. Já em Angola, os portugueses não só monopolizam as práticas comerciais locais, como também se afirmam e instituem os entrepostos de Luanda e Benguela, que designam como suas principais colónias.

O estudo objetiva-se, no geral, entender o comércio e a importância do marfim como elemento fundamental da relações entre Portugal, nas colónias de Luanda e Benguela, e os territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango. Os objetivos específicos do estudo são de destacar a valorização histórica do comércio demonstrando o seu papel na transformação social, política e cultural dos povos e apresentar as razões da transformação do marfim em produto de valor económico, rentável e de decisão da economia portuguesa no século XIX.

Para a prossecução dos objetivos, delineou-se uma via pela qual a descrição do estudo reveste-se de rigor científico. Considerando a pletora de métodos existentes, no contexto das ciências sociais nas quais a investigação está enquadrada, elegeu-se a atitude historiográfica da micro história, onde se analisam documentos de arquivo com cruzamento de bibliografia respeitante à história de Angola.

A investigação estrutura-se em quatro tópicos. O primeiro, numa visão de conjunto, apresenta a afirmação de Portugal no Atlântico sul e, em particular, destaca a política e a economia portuguesa nos chamados reinos de Luanda, Benguela e nos portos a norte de Luanda, nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango. A seguir, a partir de uma avaliação estatística, expõe-se o negócio do marfim em Angola. Nos tópicos três e quatro discutem-se perante a crise do negócio de escravos no início do século XIX, o controlo militar e monopolista do comércio por parte de Portugal e, finalmente, a emergência e o papel dos outros agentes independentes do comércio (europeus e africanos).

1.Relações económicas e políticas no noroeste atlântico-africano: Luanda, Benguela, Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango

O Atlântico foi o espaço da primeira vocação da exploração portuguesa e a via pela qual Portugal afirmara o seu potencial “imperial” ao lado das outras nações europeias.

Como tal, a África, ou seja, a parte sul do Atlântico, foi a área que fertilizou a afirmação da capacidade exploratório-expansiva das conquistas portuguesas. De todos os motivos da expansão europeia ao sul do Atlântico, o comércio é o elemento mais bem notável.

Os motivos impulsionadores fundamentais daquilo que é conhecido por época dos descobrimentos parece terem surgido de uma mistura de fatores religiosos, económicos, estratégicos e políticos. É claro que nem todos em idênticas proporções; até os motivos primariamente inspirados por Mamona foram muitas vezes misturados inextricavelmente com coisas pertencentes a César e a Deus [...]: “em nome de Deus e do lucro” (Boxer, 1992, p. 41).

Ao pioneirismo português, nessa época, seguiram os demais países europeus na vaga da expansão pelo Atlântico que, a partir de África, evidenciaram-se com grande escala na Ásia e na América. Mas, com o evoluir do tempo, e, quiçá, pelo ímpeto das transformações tecnológicas cada vez mais exigentes e inovadoras, o protagonismo português é suplantado pelos holandeses, ingleses e franceses. A propósito, referiu J. H. Plumb que, tendo a empresa portuguesa despertado a Europa, “um século após as suas descobertas, holandeses e ingleses ladravam-lhes aos calcanhares, sanguinários e vorazes. Inundaram a Europa com especiarias, e o império português desmoronou-se” (Boxer, 1969, p. 17).

Reconhece-se, apesar de tudo, que a historiografia da expansão é deveras diversa e, de modo concomitante, difusa a intervenção de Portugal. Sendo prolífera a documentação sobre o tema, a nossa perspetiva aproxima-se do panorama das recentes produções académicas. Sublinhamos, se bem que além de uma unanimidade, as investigações em cinco volumes da “História da expansão portuguesa” e o trabalho de “A expansão marítima portuguesa: 1400-1800”, dirigidos por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri e por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, respetivamente (Bethencourt & Curto, 2010; Bethencourt & Kirti, 1998).

Na arquitetura destas investigações percebe-se o alargamento dos fundamentos da expansão portuguesa de maneira transversal e comparada, e não de modo limitado aos séculos gloriosos (XV e XVI) tal como sugerido pelos trabalhos anteriores a esses. Numa visão de conjunto, a novidade dos trabalhos em referência reside justamente na relação que os autores conseguem estabelecer entre a escala local, a escala regional e a inter-regional, num jogo entre o caso e o processo, entre o micro e o macro, tendo em vista a produção de uma visão dinâmica da expansão portuguesa no tempo e no espaço. A par das rivalidades ora afirmadas sobre os novos territórios, sobretudo pelo comércio,

Portugal engendrou, entre os outros concorrentes europeus, mecanismos de sobrevivência e perpetrou o seu “império” — no propósito da expansão — não cedendo, ou seja, conservando territórios estratégicos para a sua afirmação de “potência” fatora das conquistas modernas na globalidade dos continentes, pois a sua extensão expansionista não pode ser vista, recordando os efeitos decadentes, como um processo cumulativo, mas sim por continuidades e descontinuidades e por quebras e transformações nos padrões das suas atividades, do Atlântico ao Índico, da Índia ao Atlântico Sul, do Brasil à África (Bethencourt & Curto, 2010, p. 7).

Do processo decorrente desse panorama resultou uma afirmação gradativa e sucessiva de “impérios” portugueses adaptando políticas adequadas aos reveses da fortuna e à transferência de pessoas e capitais de umas regiões para outras (Bethencourt & Curto, 2010, p. 8). A solução era não deixar falir a secular empresa.

Comparando, num outro contexto, a missão imperial portuguesa no Oriente e a espanhola no Ocidente, Charles Boxer afirma que, “o primeiro tinha um notável aparelho militar, enquanto o último, depois da conquista do México e do Peru, era essencialmente um império civil” (Boxer, 1969, p. 283). Este registo, para o continente africano, e em particular para os territórios das colónias de Angola e Benguela, foi nuclear para o domínio político e manutenção económica da coroa portuguesa. Neste espaço (no século XIX) a ocupação é feita a partir do sistema de presídios. Isabel Castro Henriques destaca que:

O modelo de ocupação, criado pelos Portugueses pode intervir graças a uma série de presídios — ou seja, campos entrincheirados, fortificados e dispondo, às vezes, de artilharia — que deviam, pelo menos em princípio, permitir a ocupação militar, acompanhada pela propagação da fé cristã e a proteção dos comerciantes, que não hesitavam em avançar no sertão para aí obter, a preços muito favoráveis, as mercadorias indispensáveis ao funcionamento regular das cidades costeiras (Henriques, 1997, p. 113).

A viragem para o Noroeste Atlântico-Africano (Luanda e Benguela) será a maior solução política e económica da coroa portuguesa no primeiro quartel do século XIX. Urgia salvar todo o investimento feito uma vez perdido o Brasil depois do espaço asiático. A intervenção militar deveria, pois, no entendimento das autoridades acompanhar as políticas da Coroa. Até à independência do Brasil a escravatura era a atração primeira da economia dos domínios portugueses no Atlântico. Angola e Benguela (Magalhães et al., 1998, p. 60), e os portos a norte de Luanda, Kongo, Ngoyo, Kakongo e Loango eram os espaços de exploração e fornecimento.

Lembra-se que o negócio de escravos é o objeto fundamental das receitas financeiras do Estado, que robustece a instalação administrativo-colonial dos domínios portugueses em África. E Angola, de todas as possessões de Portugal, é a tábua de salvação. Refere Solano Constâncio, nos Anais das ciências, das artes e das Letras em Paris: “as nossas ilhas e colónias de África são as únicas que podemos e devemos conservar, e por singular fortuna, serão as mais proveitosas em todo o sentido, e as mais suscetíveis de grande progresso” (Valentim et al., 1998, p. 61). Forja-se, desta feita, “uma linha de fortalezas e feitorias [que] (re)orientava o comércio do interior para Luanda e Benguela, constituindo bases territoriais na África Central que garantiram o domínio de Portugal no Atlântico Sul durante séculos” (Valentim et al., 1998, p. 61).

Com Luanda e Benguela, Portugal, pelo comércio, foi acedendo paulatinamente ao interior, considerando estes territórios — o futuro país de Angola — continuação das províncias portuguesas. Ao contrário das outras potências europeias, como diria num momento posterior Boxer — ironia da história —, “Portugal não cedeu aos domínios adquiridos, tendo-os perdido, no terceiro quartel do século XX, involuntariamente” (Boxer, 1969, p. 18).

A política económica portuguesa em Angola, fomentada pela iniciativa e controlo das autoridades da coroa, é merecedora de especial atenção, pois, enquanto as outras potências envolvidas no tráfico de escravos concentraram as suas actividades em postos costeiros (ingleses, franceses, holandeses e espanhóis), onde comerciavam com os nativos locais, Portugal penetrou num grande território em Angola e tornou-se a única potência europeia a desenvolver operações militares oficiais e em grande escala para capturar escravos. Estabeleceu presídios nos reinos de Angola: Ambaca, Ngolungu, Encoge, Dande, Kambambe, Pungu-Andongo, Muxima, Massangano, Ikolo e Bengo e Benguela: Quilengues, Kakonda¹. Embora estas expedições não tenham sido complementadas pela captura de um grande número de escravos exportados de Angola, o seu papel foi importante para garantir redes de tráfico de escravos e abrir novos mercados no interior. Com o apoio económico e militar dos seus colonos, Lisboa assumiu o controlo da África Central e conquistou o maior mercado de escravos de África, que explorou para consolidar as possessões maiores que detinha do outro lado do Atlântico português (Alencastro et al., 2010, p. 119).

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (daqui em diante AHU), Cx. 115, Consultas acerca de Angola, f. 28 (1 de Março de 1806).

A estratégia de controlo regional era, para o efeito, a centralização e a monopolização de todas as transações pelos agentes da coroa. Em conformidade com a opinião de alguns estudiosos (ver infra), esta técnica não foi de todo linear — século XIX. Podem distinguir-se, neste íterim, três etapas do processamento da política e do comércio português Oitocentista, a partir das colónias de Angola e de Benguela. Num primeiro momento (ação militar e ereção de presídios), a atitude política e económica das autoridades portuguesas foi fundamentalmente de monopólio. Como se sabe, até aos primeiros anos do século XIX, o comércio era consagrado pela regularização do tráfico negreiro.

A Grã-Bretanha, nos finais do século XVIII, já debatia com alguma acuidade o assunto da supressão do tráfico de escravos, sugerindo mesmo a sua abolição imediata. O famoso julgamento de Lord Mansfield é um teste expressivo no ano de 1772 (Oliver & Fage, 1972, p. 152). Este dado constituiu um ponto agudamente suscetível nas relações diplomáticas da Grã-Bretanha com os outros países, nomeadamente com Portugal.

Em contrapartida, Portugal assim como a França e a Espanha, cujas economias coloniais assentavam na mão-de-obra escrava, aludiam a prazos mais dilatados com o intuito de implantar nas colónias um outro regime de trabalho (F. M. G. de Oliveira, 1996, pp. 30-32). Saliente-se que o ataque da Inglaterra à continuação da prática escravista por outras nações não o fazia por razões de filantropia, mas por razões comerciais. Sendo o tráfico de escravos muito mais fácil e rendoso que qualquer outro comércio africano, tinha de ser internacionalmente suprimido antes que qualquer comércio legítimo se pudesse desenvolver entre a África e a Europa (Oliver & Fage, 1972, pp. 152–153). Porém, para Portugal, segundo Phyllis Martin e Pedro Marques,

apesar da profusão de tratados e legislações abolicionistas, o tráfico de escravos cresceu de forma clara após o final das guerras napoleónicas, com a exportação total de África a atingir novamente níveis muito elevados a partir de meados da década de 1810. Parte desse aumento da exportação resultava de um incremento do tráfico português que ainda ocorria legalmente a sul do equador. Outra parte, porém, era inteiramente ilícita (Marques, 1999, p. 143; Martin, 2010, p. 188).

Phyllis Martin evidencia o desenvolvimento desse tráfico na zona do Loango. Por via dos passaportes autorizados e dos navios identificados nas correspondências, percebe-se a intensidade do tráfico na costa angolana. A maioria dos navios que acostava em Angola e portos a norte desta colónia — Ambriz, Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango — era primariamente de origem brasileira: 38% do Rio de Janeiro, 31 % de Pernambuco,

João Baptista G. Luís, *Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do* 18% da Bahia, 6% de Benguela, 4% de Lisboa, 2% de Havana, 0,5% da cidade do Porto e 0,5% de Santa Catarina.

Conforme se constatou na documentação, todos os passaportes que se conhecem dessa época são resultado da permissão de Sua Alteza Real, sob a responsabilidade do ministério e secretaria do Estado dos negócios da marinha e dos domínios ultramarinos, e foram emitidos nos palácios do governo: Queluz, Vila Viçosa, Mafra e Bemposta. Os requerimentos dos interessados eram encaminhados para a secretaria da real junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação de Lisboa, com conhecimento das alfândegas e do tribunal. Conferidos os processos, as chancelas dos vistos eram outorgadas pelos ministros e secretários do Estado da marinha e dos domínios ultramarinos. Assim, visconde de Anadia visou cerca de 21 passaportes (1798 a 1809). Já no consulado de D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, cancelaram-se 17 passaportes (1809 a 1821). Um passaporte foi autorizado por Inácio da Cruz (1822), assim como por D. Manuel João de Lúcio (1823), e dois por Joaquim José Monteiro Torres (1825).

Mas ao votar a abolição do tráfico em 1807, o Parlamento britânico modifica para sempre o jogo comercial, que se queria neutro, justo e, também, legítimo (Henriques, 1997, p. 106), embora na prática, nem sempre os próprios ingleses cumpriam com as medidas avançadas para a supressão do mesmo.

Coteja-se que, apesar da fiscalização da costa angolana pelos ingleses, não deixavam de admitir algumas exceções incluindo a sua própria participação no negócio. Conforme Filomena Magalhães, ainda que o príncipe regente de Portugal tivesse cedido o negócio e assinado o Tratado de Amizade e Aliança com Sua Majestade Britânica e assinasse o termo do tráfico (Artigo X do Tratado), não afetava os direitos da coroa de Portugal a Cabinda e Malembo sobre comércio de escravos (F. M. G. de Oliveira, 1996, p. 31). Por outro, segundo informações do governo de Luanda ao ministro do reino, Conde de Suberra, faz-se saber que além de figurinos da abolição do comércio de escravos aparecem, nas costas a norte de Luanda, no reino de Angola, vários navios da América inglesa para o comércio de escravos².

A coroa portuguesa, em contrapartida, há de, na conjuntura dos ventos abolicionistas, perdido que estava o Brasil, mobilizar o comércio elegendo outros produtos de compensação. Tal como referenciaremos mais adiante, este produto no contexto do espaço em estudo será, obviamente, o marfim. Vale recordar, nesta fase, que dentre

² AHU, Cx. 123, Consulta, f. 17 (2 de Setembro de 1811); AHU, Cx. 146, Consulta, f. 34 (18 de Novembro de 1824).

todas as dinâmicas comerciais, a coroa portuguesa tinha a mão e o controlo. São secundarizados todos os outros agentes e intervenientes no processo comercial. O segundo momento é destacado pelo tráfico ilegal de escravos e do comércio lícito em Angola (Ferreira, 2012a). O realce vai para a licitude do comércio onde a diversificação dos agentes comerciais (europeus) no *hinterland* começavam a abundar afora do controlo (monopolista) das autoridades portuguesas.

A seguir, o terceiro momento, no contexto do mercado angolano (local), nota-se a transposição do comércio ilegal para o legal, no processo comercial (Dias, 1988). O protagonismo nesta fase é atribuído aos autóctones. Uma nova elite, local, emerge longe das antigas formações sociais (reinos) africanas. Luanda torna-se, portanto, o núcleo central da Angola portuguesa. A colónia de Angola (São Paulo d'Assunção de Luanda e São Filipe de Benguela) é desafiada com outros tempos.

Vive olhando em duas direcções: o Brasil, que lhe exige escravos, e o interior do país, que fornece estes escravos, destinados à exportação, em troca de mercadorias. Contudo, a cidade está prenhe de perspectivas novas que a abolição do tráfico de escravos faz explodir, obrigando os habitantes a encarar a necessidade de uma mutação que começa a realizar-se por volta dos finais do primeiro terço do século XX (Henriques, 1997, p. 113).

Multiplicam-se os agentes comerciais, incluindo, sobretudo, os africanos, chamados por Beatrix Heintze de “brancos negros” (Heintze, 2004, p. 229). A preocupação mais sonante entre os moradores dos presídios (no sertão) era o negócio, ou seja, a acumulação de riqueza. Não seria, pois, de admirar, nessa época, europeu algum que não se transformasse em comerciante. Desde oficiais a soldados, são bastantes os agentes comerciais (Henriques, 1997, p. 113).

1. Da escravatura ao marfim

O objetivo primordial dos portugueses na África Atlântica, já o referimos, era a escravatura, e, em concreto, os portos de Angola, Benguela e demais a norte destes, Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango, eram o centro da embarcação, aquisição e registo dos números avassaladores de escravos.

Se a Guiné [conforme escreve Joaquim Magalhães] era uma larga região que abarcava desde os rios de Guiné até ao golfo, já Angola tinha uma muito precisa delimitação. Os portos de Luanda e Benguela eram os que serviam ao trato negreiro. Sobretudo Luanda, articulado com Caçanje e Benguela em ligação com o planalto do Bié. Os portugueses utilizavam também as vias do Kongo. Mais a norte de Luanda, aos portos de Loango

e de São Salvador do Kongo, sobretudo, acorriam holandeses, ingleses e franceses (Magalhães et al., 1998, p. 7).

Todo o comércio circundava, nesta zona, à volta do tráfico de escravos. E, Portugal, além de, muitas vezes, reclamar dianteira ao lado de outros concorrentes europeus, nunca, com eles, se livrou de rivalidades. Aquele negócio justificava toda a empreitada da expansão da coroa. Sumariamente presume-se que, até às vésperas do abolicionismo, a política e economia da coroa portuguesa, em Angola, se justificou com o negócio de escravos. Na verdade este negócio não parece ter parado; tinha-se estendido além da segunda metade do século XIX.

Em compensação das políticas abolicionistas e o controlo britânico dos mares, e, dado ao controlo militar, na estratégia da presença dos interesses metropolitanos nesses territórios, Portugal não desarma. Rapidamente altera a sua maior fonte de receita para o marfim. Isto é, o marfim, a par da escravatura, tornou-se a fonte primordial das receitas da coroa portuguesa.

Novo produto, o marfim, é constituído reserva absoluta das políticas da coroa, transformando as novas relações comerciais. A situação económica da coroa e as circunstâncias comerciais do tempo fez com que as autoridades portuguesas monopolizassem todo o marfim da colónia de Angola (Luanda e Benguela) desde a sua aquisição até à exportação. Novas medidas são consignadas para salvaguardar os desafios financeiros de Portugal. O governador de Angola, numa exposição longa, informa ao ministro Conde de Suberra:

Ilmo. e Exmo. Senhor, são muitos e diferentes os objetos sobre que precisava dirigir a Vossa Excelência minhas comunicações, mas vendo que a direção destas pelo Brasil não pode oferecer-me toda a segurança, eu me limito a arriscar-me somente sobre aqueles assuntos a respeito dos quais uma demora prolongada poderá tornar inútil o seu conhecimento ao Ministro de Sua Majestade. [...] me figura da mais considerável importância para este País, e para os interesses de Portugal se me oferece a levar à consideração de Vossa Excelência nossa conjuntura em que talvez vão a tornar-se deliberações, ou a formar-se convenções sobre a escravatura, e sobre a consideração política que deve tornar o Brasil; tem publicado as gazetas do Rio de Janeiro que em Londres trabalham as comunidades portuguesas, e brasileiras protegidas pelo Ministério Inglês em ajustes pacificadores, e com interesse se esperam os resultados destes anúncios, ou daqueles que tem figurado uma expedição a sair de Portugal. Caberá agora aqui dar a Vossa Excelência uma segurança absoluta de que no dia da abolição do comércio da escravatura deve a nossa Nação considerar como impossível, e inútil a sua conservação destes Domínios; impossível porque sem os direitos da escravatura não se poderá por maneira alguma manter um Corpo de Tropas, e pagar aos empregados públicos, e inútil

porque desde então além do Marfim, e de uma pouca de Cera não haverá mais género algum de exportação, e sem dúvida Angola ficará reduzida a mais desvantajosas circunstâncias daquelas em que se acha S. Tomé, de onde desapareceram os brancos, tendo ainda aquele País vantagem da produção do Café que apenas principia a ter Angola unicamente no Distrito de Encoje [...]³.

O alerta das autoridades ao ministro Conde de Suberra, conforme apurámos, altera de modo prático as decisões político-económicas da colónia de Angola. Todas as receitas para a manutenção dos domínios de Portugal (Angola) recaem ao marfim. Segundo os dados estatísticos, os números relativos à aquisição do marfim, entre os anos de 1796 e 1825, são evidentes.

Cerca de 57.353 pontas de marfim foram exploradas em 29 anos nos territórios que compreendem as possessões portuguesas dos reinos de Angola e Benguela e portos a norte destes. O produto era exclusivamente procurado por contratadores (portugueses) a mando da real fazenda da coroa portuguesa em Angola, sendo os mesmos contratadores os únicos fornecedores para a fábrica de pentes⁴ e outros artigos⁵. A exportação ficava, maioritariamente, a cargo dos navios de guerra e era fiscalizada pelas alfândegas e pelos quartéis, sob a responsabilidade direta da Casa da Índia, que, por sua vez, remetia quer para o Brasil e dali para Lisboa, quer diretamente para Lisboa. No fundo, este “novo” produto transformou-se na fonte máxima das receitas do tesouro do reino. Os valores monetários em “reis” contabilizaram cerca de 272.123R141.

Do ministério do reino, sabe-se (informação de um oficial do erário da fazenda pública em Angola, em 1797) que os contratadores, para o fornecimento do marfim à fábrica, obrigavam-se a preços expressamente estabelecidos pelo erário, não podendo, por isso, sujeitar-se a especulações:

O dente de marfim que tem para cima de arroba [cerca de 15 kg] é a 6 000 rs. O que tem de 16 arrateis até 31 ½ [cerca de 7,5 e 14,5 kg] é a 3 400 rs. O que tem até 15 ½ [cerca de 7 kg] arrateis é a 2 600 rs. Estes são os preços por que compram os contratadores o marfim e não tem obrigação de comprarem quantidade certa mas sim aquela que lhe for preciso para o consumo da Fábrica, e não o tiram da Casa da Índia sem primeiro entregarem o dinheiro no Erário da quantidade que a proporção lhe é necessário, e eles contratadores não podem vender dente algum inteiro só sim se ele não está em estado de a poderem trabalhar na Fábrica.⁶

³ AHU, Cx. 147, Consulta, f. 33 (23 de Fevereiro de 1825).

⁴ A fábrica de pentes existia exclusivamente em Luanda. Funcionava, entretanto, não com o marfim de primeira, senão com resquícios e com o que era minuciosamente cedido pelas autoridades competentes.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (daqui em diante ANTT), Ministério do Reino, Consulta acerca de Angola, mç 606, nº 40, 1797.

⁶ ANTT, Ministério do Reino, Consulta acerca de Angola, mç 606, n.º 707, 1800.

Esta obrigação inibe o marfim como um produto de transação vulgar. Fixam-se os preços da aquisição e, para a venda, os contratadores só expedem (em Angola) a qualidade de marfim de meão e miúdo, pois, tal como o contrato demonstra, segundo o oficial do erário, teve origem na Fábrica, que se estabeleceu debaixo da direcção de La Croix, a cuidado da Academia Real Militar, subsistindo como norma. Desta feita, os marfineiros, em Angola, funcionam sob o signo da Fábrica. Isto é, “tomam o marfim na forma sobredita [necessário ao consumo]; fabricam por sua conta só pentes de todos os tamanhos, e bolas. O resto podem transportar para fora, ou vender na terra, em pedaços e refugos, como são bocanhas, e pequenas pontas, que não sirvam para pentes”⁷. Fora do serviço prestado à Fábrica, os artefatos de marfim que apareciam no quotidiano (com raridade) eram torneiros e cabos. Atesta o oficial do erário da colónia de Angola:

[...] como há tempos não davam que fazer aos fabricantes por falta de bom marfim, se resolveram estes a trabalhar em suas casas, e por sua conta; comprando o marfim de refugo (as bocanhas, pontas rasadas) aos Contratadores a preços arbitrários. Vendem (além do que fabricam) em pedaços para obras de torneiros e cabos.⁸

2. Do monopólio régio ao comércio legal

A política económica desenvolvida pela coroa portuguesa em Angola passou expressar-se compensatoriamente ao marfim, depois de perdido o Brasil e, também, pelo “choque” da ilegalização internacional do tráfico transatlântico de escravos. A partir do porto de Luanda, a administração colonial abre mão aos investimentos privados e transforma significativamente a economia. Aumentam as exportações de produtos lícitos e instaura-se novas dinâmicas nas relações com o Atlântico (Ferreira, 2012a, p. 314).

O desenvolvimento da economia, neste período, depois da política monopolista (do primeiro quartel do século XIX), consistiu, conforme Roquinaldo Ferreira, “quando o porto de Luanda foi aberto aos navios de qualquer nacionalidade” (Ferreira, 2012a, p. 314). Segundo também apurámos, anos antes, na primeira década de 1800, existiam sete proprietários de navios que desenvolviam o comércio no reino de Angola a partir do porto de Luanda ainda que se lhes considerem comerciantes domésticos, navegando entre Angola e ou Brasil e Lisboa⁹.

⁷ ANTT, Ministério do Reino, Consulta acerca de Angola, mç 606, n.º 708, 1800.

⁸ ANTT, Ministério do Reino, Consulta acerca de Angola, mç 606, n.º 709, 1800.

⁹ AHU, Cx. 133, Consulta, f. 72 (18 de Novembro de 1817); AHU, Cx. 134, Consulta, f. 18 (28 de Janeiro de 1818).

Outro fator determinante do “novo” fluxo comercial em Angola foi o aparecimento de navios a vapor, favorecendo relações internacionais e regionais. Portugal celebra tratados comerciais com Angola (Luanda) — EUA e Inglaterra — e, internamente, Benguela, na zona sul, deixa de ser o eixo principal da economia angolana. Emerge, dos tratados, uma elite que a nível regional, ao lado da administração portuguesa, e.g., domínio dos portos do norte: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango, diversifica a economia desde o sul.

A partir de viagens de cabotagem, Luanda diversificou o comércio dentro da própria Angola, atenuando a dependência em relação aos sertões. Dos “novos” produtos, do comércio lícito, regista-se: o marfim, o café, a urzela, a goma copal, a cera, o azeite de palma. É deste quadro, sobretudo para a salvaguarda dos interesses portugueses, que as autoridades de Angola abrem a porta, oficializando a internacionalização do comércio local. Roquinaldo Ferreira, em conformidade com as estatísticas de Isaacman, demonstrou que,

ao lado do tráfico ilegal, ativo mesmo sem os embarques por Luanda, o movimento do porto de Luanda revela uma subida do comércio lícito a partir de 1845. Entre 1830 e 1859 as exportações lícitas passaram de 105:600\$000 para 1:017\$771 réis. Tais exportações se constituíam de cera, goma, marfim, urzela e café (Ferreira, 2012a, p. 307).

3. Da costa ao sertão: a influência africana no comércio angolano

Para além do ceticismo marcado nas relações entre africanos e europeus (Thornton, 2004), descortinado por muitos historiadores (africanos) no tema da “resistência”, Jill Dias resume com a seguinte afirmação:

a interdependência histórica entre africanos e europeus torna-se especialmente evidente em Angola quando se refere ao interior de Luanda, cujo passado, a partir do século XVI, é mais acessível ao historiador através da documentação gerada por vários séculos de administração colonial portuguesa (Dias, 1988, p. 1).

A afirmação de Jill Dias não é isenta de cuidados. As relações de interdependência entre as estruturas africanas e europeias em Angola, a documentação (colonial) encerra algumas contradições, assim como certos paradoxos característicos daquele período. Não nos adentrando nas considerações historiográficas da “resistência africana” e na discussão dicotómica do envolvimento africano ativo no processo do comércio com os

João Baptista G. Luís, *Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do* europeus, importa destacar, da licitude de comércio referido acima por Roquinaldo Ferreira, o contributo das forças locais.

O aumento da procura internacional de matéria prima — marfim, cera, urzela — e produtos agrícolas: amendoim, óleo de palma e café, por parte da Inglaterra e outros países europeus, exigia do comércio, nas regiões africanas, maior procura de produtos no *hinterland*. Novas forças, africanas, evidenciaram-se no comércio à longa distância. Sublinhe-se que além do monopólio metropolitano caracterizado pelo controlo militar da região angolana, como referimos ao longo deste estudo, é preciso notar que:

o poder militar metropolitano em Angola, depois de uma breve fase expansionista na década de 1830 e princípios de 1840, diminuiu, deixando, nas décadas seguintes, os sucessivos governadores gerais muito dependentes, para a manutenção de soberania portuguesa, da influência leal dos chefes vassalos africanos e moradores da terra mais poderosos (Dias, 1988, p. 2).

Sabe-se ainda, deste tempo, que a população europeia sofreu alguma quebra. Afinal a principal atração comercial era o “produto vivo”, para o Brasil. Ora, para as transações no interior, mais do que homens robustos, não era para homens calçados. Com um sistema de crédito, os agentes comerciais constituíam-se por não-europeus. É desta razão o aparecimento de uma hierarquia de comerciantes do sertão. Dinamizando a procura do mercado, estes comerciantes (locais) contribuem no processo mercantil, estimulando novas dinâmicas nas relações com os europeus.

É com estes agentes, comerciantes do mato — “sertanejos”, “pombeiros”, “aviados”, “feirantes” ou “funantes”, “ambaquistas”, “quimbares” — como designados por Isabel Castro Henriques (Henriques, 1997, p. 116), ou “brancos negros”, por B. Heintze (Heintze, 2004, p. 224), que se vislumbra a “modernização” de Angola, com o cruzamento nas relações comerciais das forças locais e europeias. Até voltarem a perder os privilégios do seu ofício, pelo domínio europeu, “[...] no que diz respeito, particularmente, à sociedade africana da colónia portuguesa, a expansão comercial do século XIX acelerou tendências para a mudança social à custa das estruturas de poder mais antigas [...]” (Dias, 1988, p. 14).

No reino de Angola, *vg.*, Luanda e Benguela, têm visibilidade das transações comerciais os europeus, residentes, proprietários de embarcações. Em ligação com os fornecedores do sertão e de vários agentes, as embarcações — Galera Amália e Bergantim Conceição, de Manuel Gomes Araújo e D. Ana Ifigénia Nogueira da Rocha; o Bergantim Cassador, de Félix José dos Santos, João Gomes Valle e Joaquim António

Ferreira; o Bergantim Vulcano, do proprietário Manuel de Sousa Lopes; o Bergantim Flor do Mar, de Anselmo da Fonseca Coutinho; a Curveta Amizade, de Joaquim Ribeiro de Brito e a Curveta Nossa Senhora do Livramento/Telemaco, do Alferes Manuel Pereira Gonçalves, residente em Benguela (ver quadro nº. 3) — desenvolvem atividades que têm a ver com as transações comerciais regionais e internacionais, navegando entre os portos de Luanda e Benguela.

Dentre os agentes comerciais locais, nessa contextura, sobressairá a futura elite social assimilada e crioula de Angola. Originada das velhas famílias renomadas de Luanda, desde a fundação desta cidade, em 1575, fruto da miscigenação ou da criouldade, como compreendeu Mário António Fernandes, teórico herdeiro do luso-tropicalismo, a amálgama bio-social, unidade e cruzamento português em Angola (A. F. Oliveira, 1968), emergirão as várias figuras (mestiços, negros e brancos) que dinamizaram os movimentos de emancipação de Angola e do MPLA. Podem citar-se as famílias, Bento Ribeiro; Pinto de Andrade e Falcão: Justino Pinto de Andrade, Filipe Pinto de Andrade, José Cristino Pinto de Andrade (pai de Mário Pinto de Andrade, padre Joaquim Pinto de Andrade, Bento Falcão); Boavida (pai de Américo Boavida, Diógenes Boavida); Van-Dúnem; Viana: Gervásio Ferreira Viana (pai de Gentil Viana); Assis Júnior; Viera Dias; Mingas: André Rodrigues Mingas, de Cabinda e outros (Saydi Mingas); Adolfo Castelo Branco; Lucrécio Africano de Carvalho; Luís Botelho, entre outras (Andrade, 1997, p. 13).

No contexto de Cabinda, o ímpeto comercial dos europeus, principalmente dos portugueses, contribuiu no enfraquecimento e consequente perda do poder central das autoridades autótonas. Ao mesmo tempo em que se assistia a rutura do aparelho administrativo e de todo o fausto de grandiosidade dos reinos de Kakongo, Ngoyo e Loango para os europeus nascia, por influência europeia no seio local, uma “aristocracia” (Vaz, 1970, p. 22). Isto é, uma classe de personalidades nativas com poder linhageiro, económico e influência política no interior das casas reais, que determinou em muito a instalação dos europeus em Cabinda no segundo quartel do século XIX (Tati, 2024, p. 175).

Os reis de Kakongo, Ngoyo e Loango (*makongo*, *mangoyo* e *maloango*) perdem as suas competências de poder centralizado para a nova “aristocracia”, como lhe denominou Raul Tati, “nobreza assente numa burguesia incipiente baseada em linhagens ou regulados” (Tati, 2024, p. 175), os *manfuka* (fidalgos que cobravam os impostos no litoral do reino) e os *mambuku* (vice-reis no litoral do “país”).

A ascensão dessa nova elite à margem do ordenamento local, polvilha e absorve não só o antigo poder para lá das dimensões hereditárias e eletivas, mas também aliena a sua autoridade de instituições político-administrativas soberanas, para os portugueses. Valendo-se dos seus títulos nobiliárquicos, os *manfuka*, os *mambuku* e outros dignitários transformaram-se nos agentes comerciais de referência, estabelecendo relações diretas, *motu proprio*, com os europeus. Controlam o comércio, quer do litoral, quer o de longa distância, porém sob o domínio e dependência dos interesses europeus.

Dentre os *mambuku*, notabilizaram-se os Puna, aportuguesamento do nome local M'puna. Dos *manfuka*, destacam-se, por europeização, os Franques, Wilson, Jack e Espanhol. Das suas relações com os portugueses, sobretudo, os Puna chegaram a ostentar o título de Barão — Manuel José Puna, I Barão de Cabinda; José Alberto Roberto Puna, II e José Lourenço Barros Puna, III Barões de Cabinda.

Quanto aos Franques, a par dos Wilson, Jack e Espanhol, a partir do contato com colonos e comerciantes europeus, teve visibilidade Francisco Franque, filho do *manfuka* Kokelo (Franque Kokelo). Dentre os descendentes deste *manfuka* contam-se Francisco Rodrigues Franque, Domingos José Franque, autor da obra *Nós os cabindas, história, leis, usos e costumes dos povos do ngoyo* e o Manuel Lambi, posteriormente renomeado D. José Manuel da Conceição Baptista Franque, também conhecido de Duque de Chiazzi (Tati, 2024, pp. 194-195).

Sublinhe-se o papel de Francisco Franque na sociedade cabinda. Nascido a 2 de janeiro de 1776, no Ngoyo, foi educado no Brasil. Com estatuto de “civilizado” à moda europeia não deixou de se empenhar na defesa de Cabinda no jogo da cobiça europeia. Entretanto, depois do seu regresso do Brasil, Francisco Franque, protagonizou-se dentre a burguesia aristocrática do Ngoyo. Filho de *manfuka*, teve papel ativo no comércio de escravos. Conseguiu ter um barco próprio e com ele terá arribado para o Brasil com um carregamento de escravos (Tati, 2024, pp. 190–191).

Atendendo as circunstâncias da época, para além dos Puna e Franques incorporados no esquema do oligopólio comercial escravagista, é preciso destacar a capacidade de os cabinda fazerem-se ao mar, destacando-se regional e internacionalmente no processo comercial e, quiça, pretendendo competir com os europeus no comércio legítimo.

Contudo, é com a nova nobreza, os Puna e Franques, que se vislumbra o fim do poder dos reis de Kakongo, Ngoyo e Loango, em Cabinda, no final do século de XIX. Tendo embora um papel preponderante, advogando a “soberania” do território de Cabinda

perante a cobiça europeia, optando pela coroa portuguesa, os Puna e os Franques ver-se-ão ludibriados. Nas vésperas da Conferência de Berlim, Portugal assina com os povos de Cabinda três tratados de protetorado: Chinfuma (1883), Chikamba (1884) e Simulambuko (1885). Os homens dos tratados, sobretudo o de Simulambuko, Puna e Franques recordaram para a sua e memória coletiva, tal como os reis (*makongo*, *mangoyo* e *maloango*) perderam o poder, que afinal

Os Tratados de Protetorado constituíram para Portugal, na década de 1880, ao contrário o que acontecia 30 anos antes, um excelente pretexto para invadir o território de Cabinda, fazendo-se os portugueses passar por aliados dos cabindenses e conseguindo assim, perante aqueles que seriam seus pares na Conferência de Berlim, tornar legal o ilegal (Pinto, 2015, p. 557).

A influência africana no comércio angolano, com a emergência dos comerciantes locais, vai transformar internamente o ordenamento social, político e cultural autóctone. As antigas formações sociais africanas, no caso específico os “reinos” angolanos, vêem o seu poder enfraquecer-se diante da nova elite de comerciantes emergentes, sendo mesmo por esta substituídas. No seio das estruturas coloniais, por via de dissidência ou por privilégios económicos com as antigas estruturas políticas (locais), os novos agentes (a elite de comerciantes angolanos) assumem o controlo das relações locais com a ordem “colonial”, miscigenando a nova sociedade emergente. Vislumbra-se, pois, a Angola moderna que se transforma pelo peso das relações comerciais da presença e ocupação portuguesas.

Conclusão

Terminado a descrição, “relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do norte: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango — da escravatura ao marfim (1796-1825)”, arremata-se, segundo a questão de partida, que as modificações que ocorreram em Angola, nas colónias de Luanda e Benguela e nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango nas relações económicas com os portugueses deveram-se a dois fatores. Em primeiro lugar pela abolição da escravatura e, em segundo, pelo comércio do marfim.

Esses dois fatores, especificidades deste estudo, demonstram que a crise do fim do tráfico transatlântico estimula a transmutação das relações económicas entre os europeus e os africanos nas costas do sul do Atlântico. Os portugueses, em especial, fazem de São Paulo d’Assunção de Luanda e São Filipe de Benguela suas colónias; monopolizam o

João Baptista G. Luís, *Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do comércio fundamentalmente do marfim que, para além de compensar as receitas régias, fragiliza o poder dos reinos locais: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango.*

Referências

- Alencastro, L. F., Bethencourt, F., & Curto, D. R. (2010). **A rede económica do mundo português.** Em A expansão marítima portuguesa: 1400-1800. Ed. 70.
- Andrade, M. P. de. (1997). **Mário Pinto de Andrade:** Uma entrevista dada a Michel Laban. João Sá da Costa.
- Bethencourt, F., & Curto, D. R. (2010). **A expansão marítima portuguesa:** 1400-1800. Ed. 70.
- Bethencourt, F., & Kirti, C. (1998). **História da expansão portuguesa:** A formação do império (1415-1570): Vol. I. Circulo de Leitores.
- Boxer, C. R. (1969). **O império colonial português (1415-1825).** Ed. 70.
- Boxer, C. R. (1992). **O império colonial português: 1415-1825.** Ed. 70.
- Dias, J. R. (1988). Relações económicas e de poder no interior de Luanda ca. 1850-1875. **Reunião Internacional História de África:** relação Europa-África no 3º quartel do século XIX.
- Ferreira, R. (2012a). **Dos sertões ao atlântico:** Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860. Kilombelombe.
- Ferreira, R. (2012b). **Dos sertões ao atlântico:** Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860. Kilombelombe.
- Heintze, B. (2004). **Pioneiros africanos:** Caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (1850-1890). Nzila.
- Henriques, I. C. (1997). **Percursos da modernidade em Angola:** Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Instituto de Investigação Científica Tropical - Instituto de Cooperação Portuguesa.
- Magalhães, J. R. (1998). Os territórios africanos. Em F. Bethencourt & C. Kirti, **História da expansão Portuguesa:** O Brasil na balança do império (1697-1808): Vol. III. Circulo de leitores.
- Magalhães, J. R., Bethencourt, F., & Kirti, C. (1998). Os territórios africanos. Em **História da expansão portuguesa:** O Brasil na balança do império (1697-1808): Vol. III. Circulo de Leitores.
- Marques, J. P. (1999). **Os sons do silêncio:** O Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos. Instituto de Ciências Sociais.

- João Baptista G. Luís, *Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do*
- Martin, P. M. (2010). **O comércio externo da costa do Loango (1576-1870):** O impacto das mudanças comerciais no reino Vili do Loango. Arquivo Nacional de Angola.
- Oliveira, A. F. (1968). **Luanda:** Ilha crioula. AGU.
- Oliveira, F. M. G. de. (1996). A abolição do tráfico de escravos nas relações diplomáticas Portugal-Inglaterra: 1810-1850. Faculdade de Letras.
- Oliver, R., & Fage, J. D. (1972). **Breve história de África.** Sá da Costa.
- Pinto, A. de O. (2015). **História de Angola:** Da pré-história ao início do século XXI. Mercado de Letras.
- Tati, R. (2024). **Identidade histórica e cultural dos cabindas.** Elivulu.
- Thornton, J. (2004). **África e os africanos na formação do mundo atlântico:** 1400-1800 (5ª). Campus.
- Valentim, A., Bethencourt, F., & Kirti, C. (1998). A viragem para África. Em **História da expansão portuguesa:** O Brasil na balança do império (1697-1808): Vol. III. Circulo de Leitores.
- Vaz, J. M. (1970). No mundo dos cabindas: **Estudo etnográfico:** Vol. II. L.I.A.M.



Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025

Para citar este texto (ABNT): LUIS, João Baptista Gime. Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do Norte: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango — da escravatura ao marfim (1796-1825). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p. 296-314, jul./dez.2025.

Para citar este texto (APA): Luis, João Baptista Gime. Relações económicas e de poder em Luanda e Benguela e nos portos do Norte: Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango — da escravatura ao marfim (1796-1825). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 296-314.